

RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DA OFICINA DE PLANEJAMENTO DA CADEIA DA PECUÁRIA

1. Antecedentes

Durante o evento “Produtividade, Qualidade, Desmatamento Zero e Incentivos Econômicos: Rumo a uma Agenda Única da Boa Carne” realizado em Marabá em Dezembro de 2013, surgiu a ideia da criação de um Grupo de Trabalho, encarregado de elaborar propostas de instrumentos voltados ao incentivo econômico à sustentabilidade em todos os elos da cadeia produtiva da pecuária de corte no estado do Pará. Este GT é formado por entidades dos setores público, privado, e ONGs (produtores rurais, sindicatos, associações de classe, frigoríficos, varejo, ONGs, MPF e PMV, entre outros).

Na primeira reunião deste GT, realizada em Fevereiro de 2014, a Secretaria de Estado de Agricultura SAGRI/PA aceitou coordenar este Grupo de Trabalho criado no âmbito do Programa Municípios Verdes e sugeriu a realização de uma Oficina de trabalho participativo com objetivo de elaborar um mapa de ações estratégicas voltadas para o desenvolvimento dos elos da cadeia produtiva da pecuária de corte paraense.

2. Oficina Pecuária Sustentável no Pará

A Oficina de planejamento da pecuária ocorreu nos dias 20 e 21 de maio de 2014. Este evento foi coordenado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento e Incentivo à Produção (SEDIP), Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), Programa Municípios Verdes (PMV) e contou com o apoio da FAEPA, *The Nature Conservancy* (TNC), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e Amigos da Terra – Amazônia Brasileira. A oficina foi coordenada, metodologicamente, pelo moderador Sérgio Cordioli que orientou o processo de construção participativa.

O evento contou com participação de 45 representantes de varias entidades públicas, privadas e ONGs (SEDIP, Adepara, SAGRI, SEMA, SEFA, PMV, UFRA, FAEPA, UNIEC, Sindicatos de Produtores Rurais, Produtores Rurais, BASA, Emater, Seicom, Socipe, MPF, Marfrig, ONGs, entre outros).

Ao final dos debates foram apontadas as ações mais urgentes e importantes para o fortalecimento da cadeia.

3. Ações prioritárias

3.1. Regularização Fundiária

A baixa efetividade da regularização fundiária no Pará gera insegurança jurídica para novos investimentos na melhoria de produtividade e geração de emprego e renda. Até 2011,

estima-se que apenas 1% dos imóveis do Pará apresentava titulação¹. Todos os participantes da oficina e representantes da cadeia produtiva que foram consultados concordaram que a resolução do problema fundiário impactará em menos conflitos por terra e mais investimentos de longo prazo. Para o avanço neste tema definimos quatro ações prioritárias:

- **Criar uma força tarefa para avanço das questões fundiárias.** Os processos de titulação dos imóveis rurais passam por processos nos diferentes níveis governamentais, assim, ações coordenadas são imperativas para evitar sobreposições de ações e acelerar a regularização.
- **Regionalizar e integrar forças em um mesmo território.** Baseado em exemplos de outras ações do governo, priorizar territórios já consolidados pode acelerar o processo e dinamizar a economia destas regiões. O governo estadual já assinou o decreto n. 739/2013 onde a regularização deve ser priorizada nos municípios com melhor desempenho no PMV. Ou seja, que reduziram o desmatamento nos últimos anos e que atingiram maior cobertura de registro no CAR. A aplicação deste decreto deveria ser priorizada, levando em conta, obviamente os municípios com melhor performance no PMV e, onde a principal atividade econômica seja a pecuária de corte.
- **Ampliação e renovação do corpo técnico do Iterpa.** O grupo de discussão entendeu que para o órgão fundiário estadual oferecer melhores serviços e com eficiência, são necessários renovação e ampliação do corpo técnico e de servidores, bem como de sua infraestrutura física.
- **Aproveitar o CAR como ferramenta para acelerar o processo de regularização.** Os cadastros que não possuem pendências técnicas ou estejam em processo de validação podem ser utilizados como ferramenta importante na regularização fundiária. Já existe uma proposta metodológica chamada CARf que poderia ser retomada e implementada dentro do órgão fundiário.

3.2. Controle do Abate Ilegal

Estima-se que 33%² da carne bovina no Pará foram produzidas em abatedouros clandestinos. O abate ilegal gera concorrência desleal para os frigoríficos e abatedouros legais, aumenta o risco de problemas sanitários para os animais e para a população, perda de arrecadação além de estarem potencialmente conectados com desmatamento ilegal. Combater os abates ilegais geraria benefícios sociais, ambientais e econômicos para o governo e para a sociedade. As principais recomendações da oficina foram:

- **Criação de força tarefa para coibir o abate ilegal.** Ações coordenadas pela ADEPARA, MPF, SAGRI e setor privado podem ajudar na identificação e combate destes estabelecimentos.
- **Fortalecer o canal de denúncia do abate ilegal.** A ADEPARA possui um canal de denúncia de abates clandestinos, contudo ainda pouco divulgado e subutilizado. Fortalecer este canal, combinado com a maior sinergia do órgão com frigoríficos e MPF, pode ajudar na rápida identificação dos abatedouros ilegais.

¹ Considerando a estimativa de 350 mil imóveis totais da FAEPA e o levantamento de 3 mil imóveis titulados no estudo: Brito et al. 2013. Pendências fundiárias no Pará. Imazon. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/o-estado-da-amazonia/pendencias-fundiarias-no-para-2>

² Segundo Francisco Victer, representante da UNIEC.

- **Campanha para coibir o abate ilegal.** Conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre os benefícios de comprar carne de origem legal e como este procedimento pode ser feito (ex. observância dos selos de origem ou inspeção durante a compra).
- **Desenvolver mecanismo de bonificação e premiação dos abates legais.** O CONSAGRO poderá desenvolver em conjunto com a SEDIP, mecanismos de bonificação para os estabelecimentos legais ou os que buscam a regularização.

3.3. Recuperação das estradas vicinais

As condições precárias das estradas do Pará, principalmente as secundárias, afetam diretamente a rentabilidade da produção, seja aumentando o custo de transporte, diminuindo a qualidade do produto³ ou, inviabilizando o acesso de insumos. Estimamos que existam mais de 290 mil quilômetros de estradas não oficiais no estado do Pará, o custo para asfaltar estas vias pode chegar a R\$ 160 bilhões. Devido ao alto custo e considerando a eficácia do impacto desta ação, chegamos as seguintes recomendações:

- **Priorizar municípios com maior rebanho e CAR.** Definir regiões com grande produção de carne e com o mínimo de ordenamento territorial e ambiental (por meio do CAR), para canalizar investimentos na manutenção e recuperação (quando possível) de estradas e vicinais de acesso.
- **Desenvolver tecnologias adequadas para pontes/estradas.** Parcerias público-privada e o apoio das universidades locais podem ajudar no desenvolvimento de tecnologias mais baratas e adequadas em estradas e pontes. Por exemplo, em Ronda Alta (RS) a prefeitura reconstruiu uma ponte com pneus descartados.

3.4. Promover Instrumentos de Incentivos para Produtores Regulares

Todos concordaram que instrumentos de apoio e incentivo a cadeia precisam ser criados ou expandidos. Neste sentido, foram sugeridas algumas iniciativas de cunho independente (por representações de classe e ONGs) e do próprio governo estadual, listadas abaixo:

- **Cartão do produtor.** Este mecanismo proposto é liderado pela FAEPA e converge diversas informações do produtor podendo serem utilizadas como base para critérios de benefícios a serem criados para os produtores rurais.
- **Criar lista positiva de produtores com sistema de pontuação e crédito.** A avaliação dos produtores que atendam a critérios como de adesão ao CAR e boas práticas poderá ser feita via cartão do produtor. Esta lista pode pautar políticas públicas de benefícios fiscais na compra de insumos e premiação citada anteriormente. Esse instrumento será coordenado pela FAEPA em conjunto com os parceiros do governo estadual. Foi enfatizado na reunião que o cartão deverá ter um sistema robusto de gestão de informação além de ser à prova de fraudes.
- **Estimular programas de incentivos para o setor privado.** O Governo Estadual, por meio da SEDIP, liderará discussões sobre estratégias, bem como replicação de mecanismos de incentivo ao produtor, existentes em outras regiões (ex., programa de bonificação ‘Boi no ponto’ da JBS e Marfrig Club e “Novilho Precoce”). Alguns desses incentivos tinham como principal barreira a questão sanitária. Com o

³ Principalmente por hematomas e o elevado stress dos bovinos, o que diminui a qualidade da carcaça e deixando o Ph da carne não comercializável com a União Europeia, por exemplo.

cumprimento recente de alguns protocolos sanitários, o Pará começa a ter maior abertura em novos mercados internacionais.

- **Regulamentação do Art 41 do Código Florestal e PRA.** Processos em andamento dentro do Estado. O Artigo 41 estadual regulamentará uma série de incentivos econômicos com foco na produção sustentável. Já o Programa de Regularização Ambiental – PRA dará segurança jurídica para o processo de recuperação e restauração de passivos de Reserva Legal em propriedades do Estado.
- **Fortalecer o Programa Estadual da Agricultura de Baixo Carbono – ABC.** Programa estruturado no âmbito da SAGRI, mas que necessita de maior apoio para o gerenciamento das metas e articulação com outros atores relacionados.

3.5. Tratamento Tributário

No campo de benefícios fiscais listamos duas ações:

- **Diferir ICMS do frete, no trajeto fazenda-Indústria (isonomia).** A cadeia da pecuária possui atualmente baixa oneração fiscal por parte do Estado. Entretanto, a tributação do ICMS referente ao frete fazenda-indústria (17%) ainda é considerado oneroso pelo setor. Dentro dessa possibilidade, é possível discutirmos com a SEFA uma redução ou diferimento do percentual de recolhimento do ICMS de frete.

3.6. Comunicação e Imagem Positiva da Atividade Pecuária.

Há muitos anos, a imagem do setor de pecuária na Amazônia, e sobretudo no Pará, vêm sendo associada diretamente com problemas socioambientais graves (como o desmatamento ilegal e o trabalho escravo) além de grilagem e crimes agrários. Entretanto, essa imagem está em processo de mudança. O cumprimento crescente das regras ambientais e trabalhistas, associado a conservação de florestas, o aumento da produtividade e qualidade da carne, além do reconhecido trabalho em manter a região livre de problemas sanitários já é uma realidade cada vez mais presente no campo. A SAGRI, junto com as entidades do setor privado e de classe, poderia liderar uma campanha publicitária agressiva, mostrando os bons exemplos aqui existentes, do potencial de crescimento da produção de carne e, da qualidade do produto feito no Pará.

3.7. Comitê Gestor Unificado para a Cadeia da Pecuária

Para o avanço das ações anteriores a governança será um fator chave. Neste sentido, sugerimos convergir todos os comitês e grupos de trabalho existentes sobre o tema pecuária sustentável no Pará para um comitê executivo que compile as discussões e avance na tomada de decisão. A SEDIP e a SAGRI poderiam liderar esta atividade e os passos a serem tomados são:

- Inserir estes encaminhamentos no CONSAGRO.
- Promover reunião da câmara setorial da pecuária de corte.
- Desenvolver mecanismo eletrônico de comunicação.